

Fernando Molica

Anistia aponta para despacificação em 2026

A possibilidade de bolsonaristas lavarem para a campanha de 2026 a busca de solução para o impasse entre anistia e redução de penas radicalizará a lógica do tudo ou nada. Reforçará o processo de tentativa de despacificação do país ao radicalizar a busca de medida que apague as condenações judiciais.

Em tese, o pior dos mundos para os partidários de Jair Bolsonaro seria o Congresso não aprovar nem a anistia nem uma diminuição, no Código Penal, de punições previstas para crimes que geraram as condenações de denunciados por tentativa de golpe de Estado.

O nem-nem institucional manteria na cadeia por mais tempo os punidos pela participação no 8 de Janeiro e as penas do chamado núcleo crucial do golpe, que inclui o ex-presidente. Ele, no máximo, conseguiria o benefício da prisão domiciliar graças aos seus problemas de saúde.

Vale lembrar um dos lugares-comuns mais citados por políticos: em seu campo de atividade, a soma de dois mais dois quase nunca dá quatro. Por mais que Bolsonaro tema muito a possibilidade de ir para a cadeia, a briga por uma anistia ampla, geral e irrestrita seria um combustível e tanto para a campanha eleitoral — e garantiria o protagonismo político da família do ex-presidente, que teme ser engolida por uma direita mais tradicional e menos bélica.

Os defensores do apagamento legal das decisões do Supremo Tribunal Federal alegam que a medida seria necessária para “pacificar o país”, como se as condenações tivessem criado um clima bélico entre os brasileiros, algo que não se vê por aí.

De acordo com pesquisas, cerca de 40% defendem a anistia, um percentual alto, ainda que minoritário. A maioria é contra o benefício.

Mas a existência de tantos cidadãos que se declaram favoráveis à anistia não tem gerado qualquer problema no cotidiano nacional, o tema parece restrito ao universo político-partidário.

Por mais expressivas que tenham sido as manifestações a favor e contra a medida (estes atos, ainda estimulados pela PEC da Impunidade), o assunto não ganhou as ruas, não é tema de conversas pelos bares ou esquinas. O Brasil não está em guerra, não precisa, portanto, ser pacificado — ainda que a oposição tenha o direito de reivindicar a anistia.

Mas a polarização, continua, a divisão política é forte (mesmo que, nos últimos meses, o governo tenha recuperado parte de sua popularidade enquanto a oposição teve que absorver desgastes como os relacionados ao estímulo à chantagem de Donald Trump em relação ao Brasil). O nós contra eles tende a ser, mais uma vez, o motor da campanha eleitoral.

A introdução do tema da anistia na

disputa eleitoral tende a acirrar ainda mais o Fla-Flu, delimitar com mais força os diferentes campos em disputa. O tema ainda ressaltaria o papel de Bolsonaro, frisaria que ele, mesmo inelegível, continua a ser a principal referência do antipetismo.

O problema é que, apesar de toda a sua relevância política e eleitoral, o ex-presidente tem sido obrigado a dividir holofotes com lideranças do mesmo campo ideológico, pessoas que, diferentemente do que ocorre com ele, podem disputar eleições. São políticos com maior capacidade de conversa com setores conservadores tradicionais, como os que integram o Centrão.

Fiel à sua tradição de olhar menos para questões ideológicas do que para os interesses de seus integrantes, os partidos do Centrão tendem a fugir de brigas, conflitos que atrapalham seus negócios. Tanto que demonstraram, em sua maioria, aceitar a troca da anistia pela diminuição de penas — isso, sem fazer muito barulho.

Mas entrar na campanha eleitoral cercados de cartazes pela anistia seria mais complicado, isso afastaria a imagem de moderação tão cultivada por esses políticos, um ativo eleitoral que tantas vezes ajudou em suas eleições, serviu de contraponto à esquerda. O bolsonarismo precisa do radicalismo, o problema é que a busca do conflito tende a afasta aliados.

Leonardo Boff*

A erosão da arrogância norte-americana e europeia

No momento atual estamos verificando uma feroz competição entre uma visão unipolar do mundo,sustentada a ferro e fogo, com guerras comerciais e híbridas pelos Estados Unidos sob Donald Trump e pela União Europeia, e outra visão multipolar requerida pelas duas grandes potências, a Rússia e a China, junto com grande parte dos países do Sul Global.

O que se esconde, subjacente a esta disputa, entre outras tantas razões, é uma imensa arrogância dos EUA e dos países europeus. A arrogância é a famosa hybris dos gregos, vale dizer, a perda da justa medida, a afirmação da extrema autoimportância, a exaltação superestimada de suas qualidades, o desprezo de outros que não sejam como eles ou submetidos a eles. Isso se revela por se considerarem os melhores do mundo, de terem a melhor forma de governo, a democracia, de terem a introduzidos os direitos humanos, a melhor tecnologia, a economia mais poderosa, a força militar mais destrutiva,agora se rearmando de novo, a religião (ou fé) revelada,o cristianismo.Segundo os gregos, a hybris era castigada pelos deuses. E hoje como fica?

Essa arrogância trouxe conflitos e guerras contra todos os demais, a nível mundial, haja vista o processo de colonização forçada do mundo a partir da Europa do século XVI até as grandes guerras do século XX. Com razão afirmou Samuel P. Huntington em seu discutido livro O Choque de Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial (Objetiva 1997):”É importante reconhecer que a intervenção ocidental nos assuntos de outras civilizações provavelmente constitui a mais perigosa fonte de instabilidade e de um possível conflito global num mundo multi-civilizacional”(p.397). Cabe citar também o historiador Arnold Toynbee, em seus doze volumes Um Estudo da História,

nos quais estuda o nascimento, o crescimento e a queda das civilizações e onde confere centralidade à arrogância como indício do ocaso de inteiras civilizações.

Ultimamente o conhecido economista e ecólogo Jeffrey Sachs da Universidade de Columbia tem afirmado a um jornalista brasileiro (Leonardo Sobreira:Brasil 247 de 6/9/25):”Os EUA sofreram de uma ilusão de que liderariam o mundo sozinhos. A Europa também sofre da mesma arrogância...Não apenas os EUA estão sozinhos, mas eles não mandam mais. Estamos observando o fim de um longo processo histórico. E a arrogância não é apenas nos EUA, como também na Europa... A mentalidade é de arrogância continuada”.

Trump se julga o “imperador do mundo” (Lula), põe e dispõe como lhe dá na veneta. Destrói hábitos democráticos tradicionais dos EUA e com sua guerra comercial (ameaçando com outra real que seria final) tem se inimizando com quase todo o mundo, até com seus aliados mais fiéis como os europeus e sul-coreanos. Arrogante, não negocia, não discute, simplesmente impõe suas medidas, como o fez com o Brasil.

O fato, constatado pelos melhores analistas da geopolítica mundial, é que o tempo da dominação norte-americana está em franca erosão. Pior ainda, tal fato comparece na União Europeia que deveria se envergonhar por se portar contra toda a sua tradição civilizatória e humanística, ao apoiar a guerra implacável que o Israel de Netanyahu está levando contra a Faixa de Gaza. São milhares de mortos e dezenas de crianças inocentes, num verdadeiro genocídio a céu aberto. Os europeus são colocados de escanteio porque Trump se dá conta da erosão acelerada daquela envelhecida e arrogante civilização.

A potência mais emergente que, provavelmente, definirá o futuro próximo, é a China com uma proposta, nada ar-

rogante mas sensata, de um mundo com um destino comum partilhado, respeitando a ordenação das Nações Unidas, fundada na abertura comercial e na não intervenção nos assuntos internos de outros países.

Em dois livros tratei desta questão da arrogância que vem sob o nome mais genérico de “falta da justa medida”, valor presente em todas as éticas das civilizações de que temos notícia. A desmesura e o rompimento da justa medida é o estopim que incendeia o processo de decadência de uma cultura, de um projeto social ou de um comportamento pessoal.

O que predomina no mundo, digamos o nome, é o sistema do capital ou como preferem, a economia de mercado, (quase toda financeirizada) que denuncia completa falta de medida, exemplificada pelos arrogantes das Big Techs, um dos quais já sonha, arrogantemente, com uma acumulação pessoal de um trilhão de dólares.

Por este caminho de ilimitada arrogância, associada à uma abissal desumanidade e falta completa de sensibilidade para com os outros, nos acercaremos de um abismo. Como advertia Sigmunt Bauman, pouco antes de falecer: “Engrossaremos o cortejo daqueles que rumam na direção de sua própria sepultura”. Isso não pode acontecer.

Nossa confiança e nosso esperarão nos alentam a afirmar a supremacia do espírito (com sua espiritualidade natural) contra a barbárie. Ele se dará conta de seus desvios e suas errâncias. Poderá definir um caminho que nos conserve ainda sobre este belo planeta. E nos garanta ainda um futuro no qual não seja tão frequente a arrogância, mas floresça o cuidado pela Casa Comum e a amorosidade entre todos os humanos.

***Leonardo Boff escreveu A busca da justa medida: como equilibrar o planeta Terra (2 vol), Vozes 2023.**

Antonio Florencio de Queiroz Junior*

O novo Refis do ICMS RJ é um instrumento de modernização e equilíbrio fiscal

A proposta do Governo do Estado de instituir o novo Refis do ICMS no Rio de Janeiro chega em um momento estratégico. Ao oferecer condições especiais de regularização fiscal, o programa atende uma demanda urgente das empresas contribuintes pressionadas pelo elevado custo financeiro do passivo tributário e, ao mesmo tempo, fortalece a capacidade arrecadatória do Estado.

O Projeto de Lei 41/2025, amparado pelo Convênio ICMS 69/2025, prevê o parcelamento dos débitos em até 90 meses e descontos de até 95% sobre juros e multas para pagamentos à vista. Essa condição, hoje, representa o padrão mais competitivo entre os estados do Sul e do Sudeste, igualando os benefícios oferecidos em programas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e superando as condições de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. É um incentivo imediato à quitação integral pelas empresas, o que libera os balanços de passivos e reduz riscos jurídicos.

O Programa também inova ao permitir a utilização de créditos líquidos e precatórios para amortização de débitos inscritos em dívida ativa. Esse mecanismo aproxima o Rio de Janeiro de práticas modernas já aplicadas em Minas Gerais, São Paulo e Paraná, que adotaram instrumentos de transação tributária e de compensação com ativos financeiros. Na prática, é uma evolução em que o contribuinte ganha flexibilidade, o Estado converte ativos pouco líquidos em receita, e o ambiente de negócios melhora com previsibilidade.

É verdade que, na comparação com estados como Espírito Santo e Paraná, o prazo de 90 meses se mostra inferior, e o desconto

em parcelamentos longos ainda é limitado. Entretanto, é preciso reconhecer que o desenho do programa buscou equilibrar prazos razoáveis para empresas que necessitam parcelar, com estímulo para quem pode liquidar à vista. O impacto será direto sobre a arrecadação no curto prazo.

A medida tem caráter duplamente positivo para o setor de comércio e serviços, pois alivia o caixa das empresas que enfrentam margens comprimidas em um cenário de juros elevados, ao mesmo tempo em que diminui a insegurança jurídica. Além disso, ao facilitar a regularização dos passivos, o novo Refis amplia a capacidade de investimento e de manutenção de empregos, elementos essenciais para a recuperação da atividade econômica no Estado.

Cabe ressaltar que o novo Refis não é apenas uma política de arrecadação, mas um instrumento de competitividade regional, capaz de aproximar o Rio de Janeiro das boas práticas nacionais.

O último Programa foi realizado em 2021, ocasião em que o Estado deu um passo concreto na direção de um ambiente de negócios mais favorável. O atual segue na mesma direção, ao reconhecer a importância da regularização tributária como vetor de sustentabilidade empresarial. Portanto, a aprovação do PL 41/2025 deve ser entendida não como uma concessão, mas como uma decisão estratégica em prol da retomada econômica fluminense.

***Antonio Florencio de Queiroz Junior, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio RJ)**

EDITORIAL

Futebol nacional é valorizado com mudança

A CBF acertou em cheio ao divulgar, na quarta, o novo calendário do futebol profissional masculino para 2026, com planejamento estendido até 2029. Trata-se de uma mudança histórica, ousada e necessária. A partir de agora, o Campeonato Brasileiro, principal competição nacional, será disputado ao longo de todo o ano, como ocorre nas grandes ligas do mundo. Uma decisão que valoriza esportivamente e financeiramente o produto mais relevante do nosso calendário, antes tratado como coadjuvante.

Ao colocar o Brasileiro no centro da temporada, a CBF corrige uma distorção antiga e prejudicial: a desorganização estrutural que relegava boa parte do ano a torneios estaduais e regionais pouco atrativos, com retornos técnicos e comerciais limitados. Ao mesmo tempo, os clubes da elite eram soterrados por um número excessivo de partidas, ao passo que centenas

de times encerravam suas atividades após poucos meses de competição. O novo modelo busca racionalizar esse cenário e democratizar o calendário nacional.

As medidas adotadas, como a redução das datas dos Estaduais (de 16 para 11), o aumento de vagas na Copa do Brasil e a criação de novas competições regionais, são sinais claros de um esforço por mais equilíbrio entre as diferentes forças do futebol nacional. O salto de 14% para 26% no número de clubes com calendário nacional é simbólico e representa um avanço em termos de desenvolvimento esportivo, geração de emprego e fomento à base da pirâmide.

Do ponto de vista técnico, o maior beneficiado será o próprio torcedor, que verá times mais bem preparados, com tempo adequado de pré-temporada, menos desgaste físico e maior previsibilidade no calendário.

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: GOVERNO NEGA PARTICIPAÇÃO NA PRISÃO DE PRESTES

As principais notícias do Correio da Manhã em 2 de outubro de 1930 foram: Justiça argentina nega habeas corpus ao ex-presidente Iri-

goyen. Está oficialmente anunciado o noivado da princesa Giovana, da Itália, com o rei Boris, da Bulgária. Julio Lopes deve ser o novo embaixador de Portugal no Rio de Janeiro. Governo brasileiro nega participação na prisão de Luiz Carlos Prestes em Buenos Aires.

HÁ 75 ANOS: BRIGADEIRO ARRASTA MILHÕES NO CENTRO DO RIO

As principais notícias do Correio da Manhã em 2 de outubro de 1950 foram: Consagração popular por Eduardo Gomes é vista no

comício da Esplanada do Castelo, no Centro do Rio; estima-se em 130 mil pessoas no evento. Correio instrui os eleitores para a votação.

Tropas da ONU oferecem ultimato, rendição e armistício aos norte-coreanos, cada vez mais ecurralados na guerra.

Correio da Manhã
Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ives Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira
Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202
www.correiodamanha.com.br
Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.